Deputado a serviço de transportadores prejudica setor de seguros

---

Por Aparecido Rocha (*)

Segundo publicação do Jornal Correio Braziliense (CB), o Deputado Nelson Marquezelli é acusado de fazer manobras políticas em favor do próprio negócio.

No artigo reproduzido a seguir, escrito por Murilo Fagundes do CB, está muito clara a motivação do deputado em tanto se empenhar para a aprovação do **projeto de lei (PL 4860/16)**, que favorece exclusivamente os transportadores. Em outros artigos já publicados sobre a mesma matéria foi evidenciado os prejuízos que o PL causará ao setor de seguros de transportes.

CB: Um dos alvos da operação Registro Espúrio, que estourou esquema no Ministério do Trabalho, o deputado Nelson Marquezelli atuou na relatoria de projeto que beneficia empresa da qual é sócio. Ação é condenada pelo Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara.

Acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de envolvimento em um esquema de fraudes na emissão de registros sindicais no Ministério do Trabalho, o deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) coleciona polêmicas. Ele figura como um dos sócios da empresa Brapira Comércio de Bebidas, que presta serviço de transporte de cargas e tem cerca de 120 caminhões. Ao mesmo tempo, o parlamentar atuou como relator, até o mês passado, de um projeto de lei que regulamenta o transporte rodoviário de cargas em todo o território nacional e beneficia empresas do setor.

De acordo com dados da prestação de contas das eleições de 2014, levantados pelo Correio por meio dos registros do Tribunal Superior Eleitoral, Marquezelli recebeu R$ 1,08 milhão em doações de campanha da própria empresa. O Código de Ética e Decoro Parlamentar da

Câmara proíbe que deputados façam a relatoria de projetos de “interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral”. Além da Brapira, o parlamentar também recebeu aporte financeiro eleitoral de uma associação que representa donos de empresas de transporte.

O próprio Marquezelli, como pessoa física, injetou R$ 900 mil na própria campanha. Não é de hoje que o parlamentar faz lobby em detrimento das corporações que atuam no serviço de transportes de cargas. Em abril de 2014, reportagem do Correio flagrou um grupo de 30 pessoas recebendo notas de R$ 20 e R$ 50 para ocupar as galerias da Câmara em defesa de projeto de ampliação da jornada de caminhoneiros. A distribuição de dinheiro foi registrada em vídeos e fotos.

A entrega do dinheiro começou na chapelaria do Congresso e, de acordo com a reportagem da época, ocorreu até no gabinete do deputado, no Anexo IV da Câmara. O “PL 4860/2016”, do qual Marquezelli foi relator durante vários meses, previa normas para regulação do transporte rodoviário de cargas em território nacional. Uma das medidas seria a obrigatoriedade do poder público construir locais de parada e descanso de prestadores de serviços para empresas de transporte de cargas e condutores autônomos de caminhões, em caso da falta de interesse no serviço por parte de empresas privadas.

O PL tramitou até o dia 20 de junho deste ano, quando foi considerado prejudicado por conta da aprovação no plenário da casa de mudanças no Código de Trânsito Brasileiro (CTB). O professor Samuel Santos, especialista em direito penal, eleitoral e previdenciário — falando de forma genérica —, destaca que parlamentares não podem atuar em projetos legislativos que possam ter algum tipo de benefício. Caso isso ocorra, a lei aprovada por conta do projeto pode ser alvo de ações na Justiça. “O parlamentar deve basear sua atividade no princípio da moralidade. Atitudes de deputados em relatar projeto que pode beneficiar a empresa viola o código de ética e a impessoalidade no processo legislativo. Caso vire lei, as regras podem ser questionadas por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF).”

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), o deputado Nelson Maquezelli é suspeito de envolvimento no esquema de concessões irregulares de registros sindicais pela Secretaria de Relações do Trabalho. O gabinete dele foi alvo de buscas pela Polícia Federal e, por determinação do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), o parlamentar está impedido de frequentar e manter contatos com servidores do Ministério do Trabalho e demais investigados.

O assessor dele, Jonas Antunes Lima, também é investigado. As equipes policiais encontraram R$ 95 mil em espécie no apartamento dele, e outros R$ 5 mil no gabinete do deputado. O parlamentar disse que apoia a operação e negou estar envolvido em atos ilícitos. “Vamos esperar a investigação. A gente sabe perfeitamente que esse é um trabalho que deve ser feito e esclarecido para a população. Nada a temer”, afirmou.

Diante dos novos fatos, espera-se uma atuação firme das entidades que representam o setor de seguros para impedir a aprovação do PL 4860/16 no Senado, que tanto prejudica a atividade de seguros.

(*) **Aparecido Rocha** é especialista em seguros internacionais.

Fonte: Blog do Rocha, em 10.07.2018.